

**O apoio a eventos como parte da Política Pública de Economia  
Solidaria: Alguns aspectos importantes da feira Estadual de Economia  
Solidária da Bahia**

André Luis Ferreira da Silva<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Membro da Coordenação de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária da Bahia, Mestrando em Desenvolvimento e Gestão Social, CIAGS-UFBA

## Resumo

Apesar do acúmulo do Brasil e da Bahia em pesquisas sobre o tema Economia Solidária, quando a discussão gira em torno de políticas públicas deste segmento a história se revela muito nova e ainda incipiente. Este artigo pretende discutir sobre a construção de uma política pública de economia solidária pautada não apenas na geração de renda, mas nos aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tomando como base a importância do apoio aos eventos, em especial às feiras na Bahia, considerando alguns aspectos fundamentais para o fortalecimento de práticas de produção coletiva e de emancipação de trabalhadoras e trabalhadores associados. Este estudo versa ainda, sobre a identificação de algumas dificuldades e avanços na gestão pública para garantir recursos e uma boa execução destes, no apoio aos eventos dessa natureza.

**Palavras-chave:** Política Pública; Economia Solidária; Gestão Pública; Apoio a eventos; Autogestão; Comercialização; Formação; Divulgação.

## Resume

Despite Bahia's and Brazil's body of knowledge and research on the topic Solidarity Economics, when the discussion revolves around public policies for this field, the history reveals itself on the very beginning and still incipient. This article aims to discuss the construction of a public policy of Solidarity Economics which is grounded not only on income generation, but also in the cornerstones for building a most rightful and equal society, based on the importance of supporting events, especially the Fairs in Bahia, considering some key issues for the strengthening of production practices and collective emancipation of working women and men associated with it. The present study deals also with the identification of difficulties and achievements in public management to guarantee resources and to ensure the effective use of these on the support of such events.

**Keywords:** Public Policy; Solidarity Economics; Public Management Support to events; Self-Management, Marketing, Professional Training, Publicizing.

## Introdução

Com a desindustrialização e o desemprego estrutural que assolou países centrais e semi industriais na década de 70, ocupar uma vaga numa pequena gama de empregos formais que resistiram a esta fase, era considerado um privilégio para poucos NASCIMENTO (2011, pag 96). Com a reestruturação produtiva do capitalismo nessa época, as formas de organização do trabalho foram sofrendo mudanças, influenciando inclusive na atuação dos sindicatos. Mas um ponto positivo desse novo momento foi o surgimento do “*novo cooperativismo*” e a reinvenção da Economia Solidária, marcados pela volta aos princípios

do movimento operário, pela importância atribuída à democracia, pela insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Para a Economia Solidária ou Ecosol, momentos de crises onde se evidenciam as contradições do capital, geram oportunidade de consolidação de instituições que atuam de forma antagônica a lógica do capital e para tanto, é preciso o apoio do Estado, das iniciativas de agências de fomento e principalmente, da internalização dos princípios da Ecosol por parte de uma ampla faixa da população.

Tratar sobre a Política Pública de Economia Solidária no Brasil, mais especificamente na Bahia e ainda, falar sobre a gestão dessa política, é uma tarefa bastante complexa. A Bahia tem um legado de muitos anos de um Estado assistencialista para as iniciativas populares e paternalistas para o grande capital, onde a participação do movimento social na construção das políticas era negada e o “coronelismo” prevalecia como principal modelo de relação política.

No cenário nacional, as organizações populares que tratavam das formas coletivas e autogestionárias de produção começam a ocupar espaço na agenda decisória do Estado a partir da edição do *III Fórum Social Mundial* em 2002, quando um Grupo de Trabalho – GT que participava das atividades organizativas do evento, realizou uma reunião nacional com as entidades que compunham o grupo e discutiu o papel da Economia Solidária no governo do presidente recém-eleito à época, Luís Inácio Lula da Silva. Nessa reunião foi elaborada uma carta que pautava a criação de uma política de apoio à economia solidária e de uma instância no Governo Federal para tratar das demandas desse segmento. A partir daí, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, cujo ministro à época era o Jaques Wagner.

Como o incentivo a produção associada e a organização de trabalhadores e trabalhadoras em cooperação e solidariedade tem se mostrado uma alternativa importante para o combate à pobreza, à geração de trabalho e renda, à inclusão sócio-produtiva, além de um efetivo caminho para mudança nas relações sociais, é possível perceber alguns avanços no Brasil a respeito de Política Pública. Porém, vale observar que são inúmeras as dificuldades para implementação das ações voltadas para um público historicamente marginalizado, uma vez que, a estrutura burocrática do Estado impõe diversas barreiras para que associações, cooperativas e grupos informais possam acessar recursos públicos para fomentar suas atividades e com isso, podemos perceber diversos entraves para o desenvolvimento desses

coletivos, como a qualificação da cadeia produtiva, a comercialização dos seus produtos e a formação dos seus membros.

Diante desse cenário, se faz necessário pensar uma nova gestão pública que tenha capacidade de coadunar as demandas geradas a partir da participação popular com os interesses do Estado, além de considerar a necessidade em modificar as estruturas burocráticas e o marco legal de um Estado herdado do centralismo e da rigidez do período da ditadura militar.

Este estudo foi realizado a partir de uma metodologia descritiva baseada na sistematização de experiência, com abordagem quali-quantitativa, onde os dados foram obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e questionários aplicados durante a feira estadual de 2011, buscando tratar sobre a importância da realização das feiras de Economia Solidária e seus impactos no desenvolvimento dessa outra economia, bem como mostrar como a ação de “Apoio a Eventos” corrobora a construção de uma nova sociedade, a partir da ideia de que a Economia Solidária não se restringe a geração de ocupação e renda mas, se expande para a construção de novas relações e propõe uma forma de desenvolvimento mais justo e solidário. Para possibilitar essa verificação, a análise se deu a partir de quatro aspectos percebidos durante os eventos: da autogestão, da comercialização, da formação e da divulgação dos princípios e práticas da ecosol.

### **A criação da Política Pública de Ecosol na Bahia**

Até o ano de 2006, o órgão do Governo do Estado responsável pelo desenvolvimento das políticas para a geração de emprego, trabalho e renda, era a Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS, onde não existia nenhuma política de apoio prevista para as ações relacionadas diretamente a Economia Solidária. Ainda no primeiro semestre desse ano, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE convocou a I Conferência Nacional de Economia Solidária, onde os Estados estavam orientados a convocar e apoiar suas conferências municipais e estadual. Foi a partir dessa convocatória, que a SETRAS, através da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho – SUDET passou a receber as demandas do Fórum Baiano de Economia Solidária, inaugurando uma relação com os representantes da sociedade civil que compunham um grupo organizado para a construção dessa outra economia na Bahia. A partir dessa convocatória, o Governo do Estado da Bahia apoiou a I Conferência Estadual de Economia Solidária e em dezembro de 2006, apoiou também a Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar.

Após a eleição de 2006, quando se elegeu um governo que se propunha a construir a política pública de forma mais participativa e democrática, o Fórum Baiano de Economia Solidária produziu um documento contendo as propostas da sociedade civil, onde representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, entidades de apoio e fomento, além de representantes de organizações não governamentais, registraram as diretrizes para a legitimação de um espaço da Economia Solidária na instância governamental, onde fosse possível atender as demandas de trabalhadoras e trabalhadores livremente associados, além de possibilitar a superação de entraves para o desenvolvimento socioeconômico desses coletivos de produção. Nesse documento entregue a equipe de transição de governo, foram apontadas dificuldades da ordem da formação e qualificação, da comercialização e a necessidade de um marco legal que contemplasse as características das associações, cooperativas e grupos informais que vivem sob a lógica da autogestão e da solidariedade.

A demanda foi atendida em fevereiro de 2007, com a criação da Superintendência de Economia Solidária – SESOL, no âmbito da reformulada Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, pelo então governador Jaques Wagner. Tal estrutura, seguindo o exemplo do Governo Federal, além de estar contemplada na instituição que desenvolve a política para o trabalho, acompanhou a formatação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com uma Coordenação de Formação e Divulgação, uma de Fomento e outra de Microcrédito e Finanças Solidárias.

Após a criação da SESOL, um dos frutos dos trabalhos de construção da Política Pública de Ecosol na Bahia foi a criação do Programa Bahia Solidária, que trouxe a proposta de fortalecer o associativismo e o cooperativismo, promover o desenvolvimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, respeito à cidadania e promoção do desenvolvimento justo e solidário. O programa vem se desenvolvendo no Estado da Bahia através do apoio e fomento a empreendimentos de Economia Solidária, bem como na proposição, execução e fortalecimento da Política Pública prevista no programa.

### **Uma nova política e a nova gestão pública**

Compreendendo que herdamos um Estado com o perfil autoritário do regime militar no Brasil, passaremos a entender a dificuldade da Gestão Pública em atender a novas demandas de um momento diferente no país. Durante o regime militar a administração

pública acentuou seus problemas com a perda de foco da gestão, o descontrole financeiro e a não responsabilização dos gestores com a sociedade, uma vez que não se pensava em participação. Com a derrocada desse regime e para minimizar os impactos dessa herança, a Constituição de 1988 trouxe mudanças mais acentuadas, principalmente para a gestão pública, como a descentralização do Estado que tinha total centralismo político e administrativo; a democratização e a possibilidade do controle externo da administração pública, como a interferência maior de órgãos como o Ministério Público, além da proposta de profissionalização da gestão com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Mas logo foi possível perceber que a Constituição de 88 não foi capaz de garantir mudanças efetivas e, ao passar desde o governo Sarney até o governo Collor, o que se revelou foi um dismantelo na gestão pública.

Já o Governo de Fernando Henrique Cardoso teve mais iniciativas na proposta de reforma do Estado e tem como marco a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado, capitaneado pelo ministro Bresser Pereira. A chamada “reforma Bresser” trouxe alguns avanços na área administrativa e em articulação com o poder legislativo, o que possibilitou mudanças importantes para a otimização das políticas. Como exemplo dessas mudanças é possível citar a melhoria nas informações do governo federal, o fortalecimento das carreiras, novos concursos públicos, o fortalecimento da Enap e no campo do legislativo, as emendas n.º 19 e 20 que versavam sobre o teto nos gastos com o funcionalismo, alterações no Regime Jurídico Único e a introdução do princípio da eficiência nos pilares do direito administrativo.

Vale ressaltar que as reformas propostas no governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente pelo Bresser, tiveram muitas dificuldades e limites encontrados em virtude do cenário à época. Dificuldades como a herança extremamente negativa deixada pelo governo Collor, erros de diagnósticos, a inexperiência do Brasil ao tocar um processo democrático de reforma, baseado numa construção coletiva e menos concentradora, além da visão economicista e o grande poder de decisão da equipe econômica. Outro fator que prejudicou a efetividade da reforma proposta pelo Bresser, foi a restrição do conceito de carreiras estratégicas de Estado. Segundo Abrucio:

“Ao delimitar o núcleo estratégico em poucas funções governamentais, basicamente ligadas à diplomacia, às finanças públicas, à área jurídica e à carreira de gestores governamentais, o projeto da reforma Bresser deixou de incorporar outros setores essenciais da União, fundamentais para que ela atue como

reguladora, avaliadora e indutora no plano das relações intergovernamentais.” (ABRUCIO, 2007, pg 74)

O gerencialismo, modelo de gestão defendido por Bresser Pereira, traz a percepção do cidadão como cliente e direciona o foco da gestão para resultados, para a qualidade na prestação dos serviços e prega pela descentralização do poder estatal, o que ganha destaque no Plano da Reforma do Aparelho do Estado, implementado por ele em 1995 no Brasil. Uma das críticas ao modelo de centralização do poder público no Estado, está nas possibilidades da utilização em proveito próprio por parte dos agentes públicos, o desvirtuamento da função do Estado e de suas atividades, refletindo diretamente na desqualificação do serviço público.

O presente artigo não se propõe a esgotar os avanços e limites das reformas propostas até o governo FHC, porém, vale sinalizar o legado dessa política que corroborou o modelo de gestão necessário a formação de gestores públicos com o perfil para atuar na política de Economia Solidária. Podemos citar os avanços na construção de políticas públicas no que diz respeito a participação social, a implementação de ações mais ágeis, a criação de mecanismos de avaliação, de controle social, a criação de programas voltados à realidade local e a intersetorialidade surgiram como novidades nos governos estaduais e municipais. Um dos avanços que coadunam com o perfil necessário à construção de políticas de Ecosol, é a transformação de um plano plurianual centralizador, herdado do governo militar, em uma ferramenta integradora e de caráter participativo e regionalizado.

Com a necessidade de descentralização do poder, que tem a sua gênese na Constituição de 88, estados e municípios conquistam mais autonomia para atuar na gestão e efetivar a participação popular, o que reflete na aproximação com a população e o poder local passa a ter mais espaço nas agendas decisórias. Com a chamada Gestão Participativa, diversas iniciativas de construção coletiva começaram a ser implementadas, o que aproximou os diversos atores sociais dos processos de decisão e fortaleceu uma das principais propostas da Economia Solidária, que trata do empoderamento das pessoas.

Uma dessas ferramentas de escuta e participação das demandas locais, bastante intensificadas durante o governo Lula, são as conferências em diversas áreas, como etapas fundamentais para a construção ou aperfeiçoamento das políticas públicas. Tratando da política de Ecosol, tivemos a I Conferência Nacional de Economia Solidária no ano de

2006 e na etapa estadual, a Bahia conseguiu reunir cerca de 350 pessoas, representantes de grande parte do estado. A participação da Bahia na I CONAES embasou a construção da política no estado, uma vez que a gênese da SESOL foi baseada nos documentos da conferência e na carta do Fórum Baiano de Ecosol, enviado a equipe de transição do governo de Jaques Wagner. Diante dessa intensa participação dos representantes da Bahia e do seu resultado na construção da política no estado, a II CONAES, em sua etapa estadual em 2010, já foi extremamente participativa e registrou o maior número de conferências regionais, além da terceira maior delegação para a etapa nacional.

Para assimilar uma Gestão Participativa e praticar uma nova gestão pública, é preciso bastante preparação por parte dos gestores que atuam na economia solidária. Com as primeiras iniciativas datadas da década de 80 no Brasil, as ações governamentais direcionadas a esse segmento são consideradas novas e pouco conhecidas pela gestão pública. Sendo assim, muitas diretrizes e estratégias ainda precisam ser definidas, como a transversalização das ações que envolvem as diversas políticas do Estado, como saúde, meio ambiente, educação, trabalho, crédito, tecnologia entre outras que possam garantir a sustentabilidade das atividades produtivas. Para tanto, é preciso viabilizar uma gestão pública capaz de articular a estrutura estatal com outros atores sociais, possibilitando uma construção coletiva que influencie a agenda decisória do Estado e promova um acúmulo de forças capaz de legitimar as demandas e institucionalizar a Política Pública de Economia Solidária.

A construção dos caminhos legais para efetivar uma nova política tem sido um grande embate envolvendo os gestores da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, a qual a SESOL esta subordinada, e órgãos como a Procuradoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas. Com a criação da Superintendência no ano de 2007, os servidores que nela foram lotados, passaram a lutar pela construção de instrumentos legais que viabilizassem o atendimento das demandas geradas pelos atores que atuam sob os princípios da cooperação e da solidariedade. Este processo se iniciou pela propagação de informações que fizessem os entes envolvidos entenderem a lógica da Economia Solidária, o perfil do público a ser atendido e as práticas a serem adotadas pelos gestores públicos na execução dos recursos da SESOL. Diante da proposta de atuar para incluir as demandas da Economia Solidária na agenda decisória do Estado, foi necessário instruir processos que, além de solicitar, por exemplo, a contratação de serviços para realização de uma feira, servissem como ferramentas didáticas com o objetivo de revelar o conceito e princípios da



ecosol, a necessidade de disponibilizar tais recursos e as características do público a ser atendido.

### **O apoio a eventos como parte da Política Pública: uma das estratégias de fortalecimento da Ecosol**

Os eventos de Economia Solidária são encontros que têm como finalidade reunir os atores envolvidos na construção de “uma outra economia”, para que juntos, possam construir as bases da consolidação do movimento no cenário do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Nestes espaços ocorrem intensas atividades políticas, econômicas e sociais, de forma participativa e coletiva, sendo, portanto, uma ação imprescindível ao desenvolvimento e compartilhamento dos princípios e práticas da economia solidária.

Dentre os principais eventos destacam-se as feiras de Economia Solidária, que são realizadas com o intuito de divulgar produtos e serviços, promover aproximação dos consumidores com os produtores, possibilitar articulação de redes dos trabalhadores associados, promover trocas de saberes e processos de formação e qualificação, bem como difundir o consumo consciente e sensibilizar a sociedade sobre esse modelo de economia. O espaço das feiras possibilita encontros que cooperam para um amplo fluxo de informações e de oportunidades aos trabalhadores associados, no que diz respeito à comercialização, formação, articulação em redes ou parceria com outros entes, e a discussão de temas que permeiam os avanços e entraves da Economia Solidária.

Ao visitarmos os ANAIS da I e II Conferência Estadual de Economia Solidária da Bahia, veremos que a comercialização e a formação são dois pontos destacados como principais entraves para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Portanto, como parte das ações previstas no programa Bahia Solidária, a ação de Apoio a Eventos teve um importante papel na efetivação das propostas da SESOL, executadas pela Coordenação de Formação e Divulgação, uma vez que, sendo a Economia Solidária um tema ainda pouco difundido e praticado por uma sociedade baseada no consumo e no individualismo, a realização de eventos e mais especificamente as feiras, possibilita a aproximação do público com os princípios e práticas da Ecosol. A realização de eventos se apresenta como uma ferramenta bastante eficaz nesse processo de agregação de pessoas e aproximação de ideias e conceitos.

Aqui podemos fazer uma relação do poder dos eventos com os objetivos das feiras de economia solidária, sem perdemos os princípios de uma proposta de desenvolvimento pautada na solidariedade, apesar ser uma ferramenta bastante utilizada pela economia de mercado, no Marketing Promocional. A compreensão da importância dos eventos de Economia Solidária como um espaço de formação, de troca de saberes, de comercialização, de fortalecimento sócio econômico, articulação de redes de produção e consumo e de difusão do conceito de Economia Solidária, nos leva a perceber aspectos importantes para a consolidação dessa outra economia, uma vez que, atinge membros dos EES que já atuam sob a lógica da solidariedade e da cooperação, bem como o público visitante que, apesar da lógica do individualismo e da competição arraigada na sua constituição cultural, tem a possibilidade de acesso a outras práticas que possibilitam a construção de relações mais justas e solidárias.

Na Bahia, o principal evento realizado durante o ano é a Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia solidária, onde os diversos atores da sociedade civil e governo se reúnem em um exercício da construção coletiva, pois, é nesse espaço que surgem as divergências de opiniões e o grande desafio é construir parcerias e respeitar as decisões coletivas. Neste evento, a Superintendência de Economia Solidária do Governo do Estado da Bahia, concentrou a maior parte dos recursos destinados ao apoio à realização de eventos até o ano de 2012, onde é possível contratar infraestrutura, hospedagem, alimentação e transporte necessários a realização da feira, contemplando a participação de cerca de 170 empreendimentos que representam os Territórios de Identidade do nosso estado, trazendo artesanato, produtos da agricultura familiar, cultura e serviços.

A importância do apoio aos eventos de Economia Solidária se revela no texto da Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011, que versa sobre a instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária, de onde é possível citar:

**Art. 4º** - São instrumentos da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária:

I - formação e capacitação técnica e profissional em Economia Solidária, comércio justo e solidário, consumo consciente, gestão e operação de tecnologias sociais aplicadas aos processos econômico e social de que participam os atores da Economia Solidária;

(...)

VII - apoio à divulgação de princípios e práticas de economia solidária;

(...)

IX - apoio à realização de eventos de economia solidária;

X - apoio para divulgação e comercialização de bens produzidos e/ou consumidos em ambiente de economia solidária, mediante a instalação de centros de comércio e feiras;

(...)

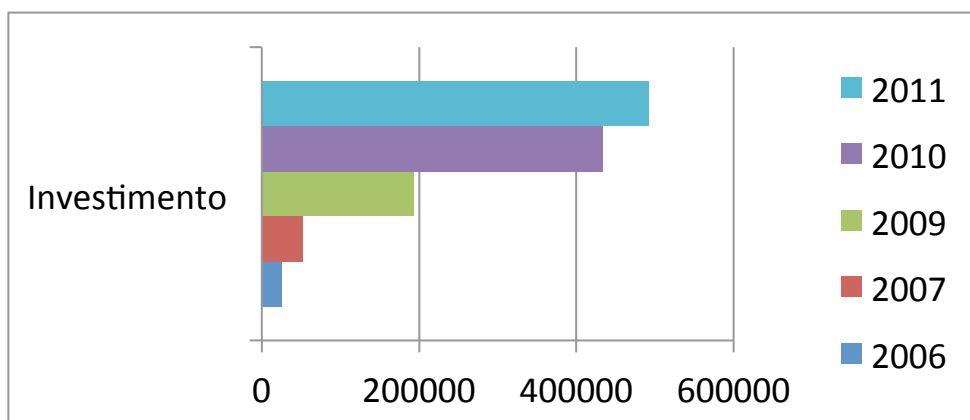
XV - fomento ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável, através do apoio à constituição de redes e cadeias solidárias de produção, de comercialização, de logística e de consumo solidários, o assessoramento técnico contínuo e sistemático à comercialização e à promoção do consumo responsável (ESTADO DA BAHIA. Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011)

Ao consultarmos o *Documento Base da II CONAES*, podemos verificar no capítulo que versa sobre **Organização da produção, Comércio Justo e Solidário e consumo responsável**:

68. A Política Nacional de Economia Solidária deve prever ações de fomento ao Comércio Justo e Solidário e ao consumo responsável. Para tanto, necessariamente, deverá fomentar a criação de espaços de comercialização solidários, o apoio à constituição de redes e cadeias solidárias de produção, de comercialização, de logística e de consumo solidários, o assessoramento técnico contínuo e sistemático à comercialização, a promoção do consumo responsável e a priorização de produtos e serviços da Economia Solidária nas compras institucionais em todas as esferas. Tais ações devem estar articuladas conforme os princípios, regulação e critérios estabelecidos no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. (Documento Base da II CONAES, 2010, p.19)

Pesquisando a evolução dos investimentos do Governo do Estado da Bahia, podemos perceber a importância da realização das feiras na configuração do Plano Plurianual – PPA, onde a SESOL defende a alocação de recursos para fomentar as atividades desenvolvidas durante o evento, sabendo da importância dos seus aspectos para o fortalecimento da Ecosol.

Vejam no gráfico abaixo:



ANO	RECURSO
2006	R\$ 25.000,00
2007	R\$ 52.000,00
2009	R\$ 193.000,00
2010	R\$ 433.000,00
2011	R\$ 492.000,00

(Fonte: relatórios Superintendência de Economia Solidária)

Mesmo diante de um montante expressivo de investimentos nas feiras, foi percebido um entrave na expansão dessa política de apoio aos eventos, pois, os recursos aplicados durante o ano nessa ação estavam todos concentrados em um único evento. Ao conhecer o Estado da Bahia, com 417 municípios e 27 Territórios de Identidade, podemos compreender que apenas um evento durante o ano, não atende a demanda real dos 1.611 empreendimentos registrados no mapeamento oficial, o que também não revela o número real de empreendimentos no estado. Diante dessa realidade, os gestores da SESOL, seguindo um perfil baseado na gestão participativa e na necessidade de otimizar a utilização dos recursos, avaliaram que a concentração dos recursos em apenas um evento não garantia a execução de uma política pública que deve contemplar a demanda do Estado. Diante dessa constatação, foi lançado o Edital 04/2012 de Apoio as Feiras de Economia Solidárias, onde o valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) foram conveniados, contemplando 10 (dez) projetos, sendo 2 (dois) para feiras estaduais e 8 (oito) para feiras regionais.

## **Alguns Aspectos importantes das feiras de Ecosol**

Neste trabalho ficou decidido observar quatro aspectos (comercialização, divulgação, autogestão e formação) que possibilitem a compreensão do impacto das feiras de economia solidária e a importância da sua manutenção na política pública. O critério de escolha tomou como base a consulta aos seguintes documentos: *Termo de Referência das Feiras em Rede* da SENAES em parceria com a União Brasileira de Educação e Ensino e o Instituto Marista de Solidariedade, que cita as dimensões estratégicas das feiras e os documentos das conferências realizadas, que versam sobre a importância da constituição desses espaços de fortalecimento da Ecosol. Além da percepção baseada nos relatos dos atores sociais (acadêmicos, representantes de entidades de apoio e fomento, gestores etc), ao afirmarem que as feiras não se resumem à comercialização de produtos.

### **Da comercialização:**

Ao tratar da comercialização como um dos aspectos importantes, foi percebido que a venda direta ou a realização de negócios durante o evento, não é a principal atividade ou a mais importante do ponto de vista dos empreendimentos e da organização do evento. A feira caracteriza-se também como um espaço de comercialização, mas o que se vê de mais intenso é a troca de informações, a articulação de redes e a possibilidade de comercialização futura. Vale ressaltar que algumas atividades ou produtos têm destaque durante as feiras, pela qualidade ou características peculiares aos produtos de empreendimentos coletivos que revelam a sua identidade e suas culturas locais. Durante a Feira Vida Melhor de Economia Solidária, realizada em Salvador, em dezembro de 2011, a aplicação do questionário Pesquisa de Avaliação das Feiras Estaduais de Economia Solidária- PAFES, revelou:

“Um item merece um comentário especial que é o do faturamento, o item com avaliação menos positiva na feira, que apresentou o seguinte resultado: 36% responderam entre “razoável” (14%), “bom” (17%) e “ótimo” (5%), 15% responderam “ruim”, 1% “não sei” e 48 % não respondeu.” **PAFES Feira Vida Melhor - Bahia (2011)**

O caso citado acima teve um fator que contribuiu bastante com o desempenho das vendas, pois, no mesmo período da feira e no mesmo espaço público, foi realizada a gravação de um programa da Rede Record, com shows que atraíram um público violento e espalhou

notícias de brigas e roubos em massa por toda a cidade, espantando a população local do espaço onde o evento foi realizado.

Outro fator bastante interessante que o PAFES revelou, foi a quantidade de grupos que não respondeu ao quesito “faturamento”. Essa pesquisa não aprofundou nessa percepção mas, ficou a preocupação com a possibilidade da informação não ter sido dada em virtude da maioria dos coletivos de produção não dominarem as ferramentas contábeis ou os instrumentos de controle de caixa, o que revela uma fragilidade muito grande quanto ao aspecto da sustentabilidade econômica.

### **Da divulgação dos princípios e práticas:**

Tomando como base os relatos da organização das feiras, cerca de 1000 (mil) visitantes passam pelo evento por dia e muitos deles voltam e indicam a outras pessoas, o que gera uma média de 4000 (quatro mil) visitantes por feira estadual, realizada em Salvador.

Ao consultarmos o *Termo de Referência das Feiras em Redes*, podemos perceber que a dimensão da divulgação foi citada como estratégica por considerar a ampliação do conhecimento do conceito de Economia Solidária para um público cada vez maior no âmbito de realização de eventos. Baseado nessa referência, a construção das peças de comunicação visual utilizadas na divulgação do evento ou durante a sua realização, é sempre pautada pela necessidade de conter informações sobre o evento, mas priorizar informações sobre os conceitos e práticas da Ecosol.

Durante o evento, as peças (cartazes, Banner's, testeiras e outras) são instaladas em posições estratégicas, com o objetivo de atrair os visitantes e provocá-los quanto aos princípios que norteiam essa outra forma de desenvolvimento, além de informar sobre a produção e os grupos produtores que atuam naquela feira. É preciso convencer o visitante de que aquele espaço não se trata apenas de um local de comércio, pois, possibilita adquirir produtos direto do produtor, conhecer seu processo de produção, construir laços sociais, trocar experiências e vivenciar outras princípios econômicos.

Vale destacar a criação e a veiculação de chamadas nas rádios, conhecidas pelos meios de comunicação como “spot”, cujo conteúdo versa sobre uma outra sociedade, onde não há empregados nem patrão, onde a produção é coletiva e a centralidade está no bem viver de todos e todas, e conclui convidando a população a visitar a feira e vivenciar essa outra economia. Estas chamadas foram veiculadas nas principais rádios da capital e do interior,

sensibilizando a população não apenas sobre o evento, mas sobre outra forma de desenvolvimento.

### **Da autogestão:**

Ao vivenciarmos as práticas autogestionárias nas feiras de economia solidária, compreendemos a importância de um processo de aprendizagem baseado na práxis, onde homens e mulheres têm a oportunidade de conceber e executar projetos, planejar e administrar tarefas, conhecendo e monitorando os processos do começo ao fim, onde o rodízio de funções e tarefas possibilita o resgate do ser trabalhador que conhece todo o processo de produção no qual está envolvido, bem como legitima seus saberes como parte importante para a construção do evento. Durante o processo de construção das feiras, geralmente se utiliza como metodologia a formação de comissões para tratar de infraestrutura, formação, captação de recursos, acolhimento, entre outras atividades, e a cada reunião as informações são socializadas. Porém, as práticas autogestionárias não se restringem às pessoas envolvidas na organização. Durante o evento, o processo decisório sempre passa pela consulta ao coletivo que, através da socialização das informações e do debate sobre os temas em pauta, busca alinhar os interesses, visando alcançar o consenso e evitar votação, afinal, a tomada de decisões baseadas na satisfação do coletivo, coaduna com o projeto societário proposto pela Ecosol. Podemos perceber como a autogestão e os princípios da cooperação estão bastantes presentes em diversos momentos do evento, como na organização dos espaços de exposição que, na maioria das vezes é pequeno e precisa ser dividido por dois grupos; na gestão e no cumprimento da programação; e na sistematização e no envio das queixas e sugestões às comissões organizadoras.

Segundo Nascimento (2011), “a autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social”. O que podemos perceber com a metodologia das feiras é que as experiências vividas durante o evento irão colaborar no cotidiano de cada participante, fazendo parte do processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma dificuldade encontrada para efetivar o espaço de decisão coletiva, em um evento realizado pelo poder público, vem exatamente do arcabouço burocrático do Estado que obriga os gestores a inaugurarem seus processos de contratação muito tempo antes da realização das feiras, ao tempo em que, os representantes da sociedade civil ainda não estão discutindo o evento. Isso gera uma decisão unilateral por parte do poder público e como consequência, um contrato engessado em itens que foram listados muito tempo antes

do evento e que pode ocorrer de não atender a alguma demanda no momento da execução. Apesar da prática autogestionária na construção das feiras, quando o tema é a utilização de recursos públicos para a contratação dos itens necessários à realização do evento, surge a necessidade de um diálogo bastante antecipado ou, os membros da comissão organizadora vão precisar operar o que consta em contrato, fruto de uma decisão unilateral.

### **Da formação e o processo de aprendizagem**

Com a Revolução Industrial e o surgimento do sistema capitalista, muitas das práticas que faziam parte da forma de organização de grupos sociais que viviam o chamado “comunismo primitivo” foram se transformando. A apropriação dos meios de produção por parte de uma minoria, o surgimento do poder coercitivo, a propriedade privada, o acúmulo de bens e as novas tecnologias, mudaram as relações em diversas esferas. Tudo isso trouxe a desigualdade, a opressão e a prevalência da competição sobre a cooperação. É fato que as práticas atreladas ao modo de produção capitalista cercearam muitas habilidades dos trabalhadores, buscando separar o ser que pensa do ser que faz e transformá-los em meros repetidores de movimentos que aumentam a capacidade produtiva. O trabalhador, sem os meios de produção, passa a engrossar as fileiras de uma classe alienada pelo trabalho e pela exploração, e passa a ver os processos produtivos de forma fragmentada e restrita.

O momento de construção da feira se revela como um processo de aprendizagem muito rico, afinal, circula uma variedade de informações que versam desde a articulação com parceiros à decisão de temas importantes para formação. Além da troca de saberes promovida pela socialização das informações, outro fator importante é o debate sobre o desempenho das comissões, pois, como afirma (NUNES 2009, p 208) “(...) o “mandato” que os membros das comissões exercem em nome de todos se baseia na confiança do coletivo e que eles farão o melhor em busca do “bem comum”(...)”. E a confiança precisa ser construída, o que não é uma tarefa fácil diante da diversidade de atores envolvidos.

A construção coletiva, quando participativa e autogestionária, torna-se uma fonte bastante eficaz de produção do conhecimento. Ao consultarmos a história da Grécia Antiga, mais precisamente em Atenas, percebemos a prática das ágoras, onde a população era chamada às praças centrais para discutir assuntos do cotidiano ou até mesmo, o destino da cidade. Nas ágoras, podemos afirmar que está a gênese da organização das assembleias, dos embates e discursos em defesa de pontos de vista, entre outras práticas que compreendemos como práticas de uma sociedade democrática.



Segundo NUNES (2009)

“Outra importante herança grega era um aspecto do que se entendia por cooperação, que não se restringia à esfera da produção de bens e à solidariedade cotidiana entre as pessoas, mas tinha um sentido concreto na produção do conhecimento”. (NUNES 2009, p. 35.)

Uma das principais características das feiras de economia solidária, que as diferem de outras experiências, é a condição do evento não se restringir a comercialização e garantir as atividades de formação. Um formato bastante praticado durante esses eventos é a definição dos turnos para a formação, geralmente pela manhã e a tarde abre-se o espaço para a comercialização. Na montagem das feiras, os espaços de formação estão contemplados no local, onde os(as) participantes podem acessar a programação de oficinas e vivências, além de espaços para as reuniões das redes, fóruns e outras instâncias de discussão.

A principal limitação percebida nas edições das feiras estaduais realizadas na Bahia tem relação com a natureza das atividades de formação, pois, geralmente estão associadas aos princípios e práticas da Ecosol, do cooperativismo e do associativismo. Apesar da importância dos temas citados, existe uma demanda bastante crescente pela formação prática das atividades produtivas, como cursos relacionados ao artesanato, qualidade do produto, técnicas de produção entre outros. Esse aspecto ficou evidente durante a II Mostra Nacional de Economia Solidária, ocorrida na Bahia em dezembro de 2010, quando as oficinas práticas tiveram uma demanda muito maior do que as oficinas que tratavam de aspectos teóricos ideológicos.

### **Considerações Finais**

Diante da proposta deste artigo em pesquisar a importância do apoio aos eventos de economia solidária como parte da política pública no estado da Bahia, foi inevitável seguir uma trajetória dos estudos sobre os estilos de gestão pública, buscando identificar de que forma a estrutura do estado e o modelo de gestão interferem no desenvolvimento das atividades de produção associada de iniciativa popular, assim como, elas podem ser pensadas para comportar e contemplar as demandas geradas por este segmento. Mesmo reconhecendo a necessidade dos movimentos sociais organizarem suas demandas e atuarem nos espaços decisórios para pressionar o Estado, o foco desse artigo está na

contribuição da gestão pública para a efetivação das políticas criadas a partir dessas demandas, em especial, no que diz respeito ao apoio as feiras, além de revelar a natureza desses eventos e o impacto da sua realização no desenvolvimento dessa outra economia.

Foi possível perceber que o Estado centralizador do governo militar deixou diversas práticas institucionalizadas, que não corroboram a construção da Política Pública de Economia Solidária, afinal, um dos pilares fundamentais é a participação e a construção coletiva. Seguindo a história política no Brasil até a conquista de um governo que se propõe a ser popular e democrático, percebemos a instituição de ferramentas de participação popular como as conferências de Economia Solidária e os documentos gerados a partir desses encontros, que surgem como norteadores da construção da política pública. Vale ressaltar que a democratização no processo de construção dos planos plurianuais, em especial na Bahia, foi fundamental para a garantia de recursos direcionados ao apoio aos eventos, além de se revelar como um instrumento de medição da importância que a Economia Solidária tem na agenda decisória do Estado.

A garantia de instrumentos de participação popular e de provisão de recursos auxiliam mas, não garantem a eficácia da política pública, pois, mesmo que o apoio aos eventos tenha sido contemplado pelos investimentos do Estado, as estruturas burocráticas para garantir um bom desempenho na execução de tais recursos ainda são extremamente complexas. Diante das dificuldades encontradas pelos gestores da SESOL em fazer com que instâncias internas da própria secretaria a qual está vinculada, além dos órgãos como Procuradoria Geral e Tribunal de Contas do Estado, compreendam a importância de apoiar as feiras de Ecosol e que tais eventos precisam ter uma estrutura que comporte espaços de comercialização, de formação, de divulgação, além de hospedagem, transporte e alimentação, podemos concluir que é fundamental que os gestores públicos que atuam na construção e na execução da política pública desse segmento, estejam atentos aos procedimentos legais que contemplem a iniciativa popular e as demandas do trabalho associado, não obstante ao marco legal do Estado. O estudo revelou a importância da busca dessas novas ferramentas da gestão pública, quando versa sobre o lançamento do edital de apoio as feiras no ano de 2012, por parte da SETRE. Fruto de uma avaliação dos gestores que foi baseada na escuta aos beneficiários, foi possível compreender que ao lançar um edital, os recursos atenderiam de forma mais efetiva a demanda do movimento, contemplando inclusive as iniciativas locais e atendendo a um número maior de empreendimentos.

O estudo constatou que, diante dos aspectos citados como importantes na realização das feiras, podemos perceber que de fato, um evento dessa natureza não se resume ao simples ato de comprar e vender produtos. Através dos formulários de avaliação aplicados durante a Feira Vida melhor em dezembro de 2011, foi possível perceber que a comercialização não é o principal ganho por parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Este fato reforça a ideia de que a realização das feiras, através do exercício da autogestão, dos processos de formação e da difusão dos princípios e práticas da Economia Solidária, possibilita o fortalecimento das trabalhadoras e trabalhadores associados, além de aproximar os visitantes das práticas de produção coletiva. As feiras também exercem um papel importante no resgate das antigas relações de consumo, onde os consumidores, principalmente urbanos, têm a oportunidade de negociar diretamente com os produtores, onde eles podem conhecer a origem dos produtos, de que forma foram produzidas e quais as relações construídas até que aquele produto chegue as suas mãos. Estas vivências proporcionadas pelas feiras de Economia Solidária contribuem para construção de uma sociedade mais justa e solidária a partir do momento em que, os conceitos, práticas e princípios se expandem para um universo mais amplo e que não está restrito aos empreendimentos. Portanto, essa é uma face fundamental que não foi citada como um dos aspectos importantes das feiras, que versa sobre a construção ou fortalecimento de relações baseadas na solidariedade, pois, devemos ressaltar que as políticas públicas de Ecosol não devem estar pautadas apenas na geração de renda, uma vez que, é de extrema importância perceber os outros ganhos e outros índices de desenvolvimento que movem trabalhadoras e trabalhadores que atuam sob a lógica do trabalho associado, bem como, os cidadãos e cidadãs que têm a possibilidade de conhecer essa outra economia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

**ABRUCIO**, Fernando Luiz - Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a05v41sp.pdf>>, acessado em 15 de fevereiro de 2015.

**NASCIMENTO**, C (2011) A autogestão e o “novo cooperativismo” IN BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. e DAGNINO, R. (Orgs.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas da Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões. p. 91 – 99.

**NUNES**, D. (2009) Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária. São Paulo: Ananablume. **TIRIBA**, L. **O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária** IN MELLO, S.L.; SÍGOLA, V.M.; BARBIERE, E.M. *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais, vol. 2*. São Paulo: Editora PW, 2007. p.153-171.

**PRAXEDES**, Sandra Faé (2012) Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas da Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões. p.445 – 456.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES (Documento Base para Etapas Preparatórias) Disponível em: <[HTTP://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B36DF483A0E79/II\\_conaes\\_documento\\_Base\\_regulamento.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B36DF483A0E79/II_conaes_documento_Base_regulamento.pdf)> acessado em: 20 de outubro de 2014

**Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011**, disponível em: <<http://governo-br.jusbrasil.com.br/legislacao/1030376/lei-12368-11>> acessado em 15 de janeiro 2015.

**Termo de Referência das Feiras em Redes**, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1058&Itemid=1](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1058&Itemid=1) acessado em: 15 de outubro de 2014